

O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: REQUISIÇÕES E IMPACTOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS

CONSERVADORISM HEADWAY WITHIN SOCIAL SERVICE: REQUIREMENTS AND IMPACTS FOR PROFESSIONAL PRACTICE WITHIN SOCIAL POLICIES

Joziane Ferreira de Cirilo

Graduada em Serviço Social. Especialista em Administração em Saúde com ênfase na área hospitalar. Pós-graduada em Docência do Ensino Superior. Assistente social do INSS. Coordenadora da Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná - CRESS PR, Gestão 2011-2014. Conselheira Presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná - CRESS PR, Gestão 2017-2020.

Roberta Mischiatti de Marco

Graduada em Serviço Social. Pós-graduada em Formação Pedagógica do Docente de Nível Superior; Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar e Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis. Assistente Social do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná – CRESS PR.

Rosângela Cavalcanti Colcete

Graduada em Serviço Social. Pós-graduada em Administração de Recursos Humanos. Assistente Social do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná – CRESS PR.

RESUMO

Nos últimos anos o conservadorismo tem avançado na sociedade de forma explícita e avassaladora no cenário das relações sociais, na política e na economia, no Brasil e no mundo. De um lado uma direita que defende a meritocracia e o livre mercado, do outro, uma esquerda que defende a intervenção do Estado para garantir a igualdade e a justiça social, contudo, este discurso tem se polarizado entre conservadores e progressistas. O discurso e a prática conservadora vêm impregnados de ódio e desprezo pela classe trabalhadora, como se fossem pessoas indolentes, preguiçosas e que merecessem ser punidas com a pobreza pela falta de esforço e de competência. É a partir desta leitura que pretendemos discutir o avanço do conservadorismo e seus impactos no exercício profissional do/a assistente social na execução das políticas sociais a partir da crise do capitalismo, da contrarreforma do Estado e das requisições profissionais.

Palavras chave: Serviço Social, Conservadorismo, Projeto Ético Político Profissional, Autonomia Profissional, Comissão de Orientação e Fiscalização.

ABSTRACT

Over the last few years, conservatism has explicitly and overwhelmingly grown within the Brazilian, as well as in the world, society when it comes to social relationships and the economy. On one side, there is a right wing that supports meritocracy and a free market and on the other side there is a left wing that supports the State intervention to assure equality and social justice, however such beliefs have become a dispute between conservatives and progressionists. The conservative posture and practice are full of hatred and contempt for the working class, as they consider it a class of indolent and lazy people who deserve to be

poor for their lack of perseverance and competence. From such point of view, the study discusses the headway of conservatism and its impacts to social workers professional activity in putting social policies into practice considering capitalism crisis, the State counter reform and professional requirements.

Keywords: Social Service, Conservatism, Ethical Political Professional Project, Professional Autonomy, Guidance and Inspection Committee.

INTRODUÇÃO

Segundo Iamamoto (2004), para compreender as respostas dadas pelos/as assistentes sociais às novas determinações da questão social é preciso retornar às marcas da origem da profissão no bojo da sociedade capitalista enquanto divisão sociotécnica do trabalho, do "reformismo conservador" e de como as justificativas ideopolíticas se reformulam e se perpetuam na evolução do Serviço Social.

Para Netto (2009) também é preciso considerar a subalternidade da profissão às Ciências Sociais, como profissão técnica operativa, pragmática, sustentada no pensamento conservador das Ciências Sociais, em especial da Sociologia, Psicologia e Antropologia.

As tendências presentes em todos os campos da sociedade, político, religioso, cultural, social e moral, determinam o modo de vida em sociedade, incidem na configuração das políticas sociais, em especial na seguridade social, na educação, no trabalho, com retrocessos em direitos duramente conquistados como das mulheres, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, população negra, LGBT e pessoas em situação de rua e nós assistentes sociais somos requisitados como executores destas políticas e serviços, realidade que, segundo Iamamoto (2004) nos remete a uma prática profissional que se caracterizava não somente pelo viés da caridade, mas também pela intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora a partir da atividade assistencial e sua adequação às relações sociais produzidas pelo capitalismo.

O conservadorismo é a promessa da ordem vigente, do projeto dominante, do Estado mínimo, do controle das famílias pobres, do individualismo, da meritocracia, do abuso, da opressão e exploração da classe trabalhadora e os/as assistentes sociais devem

refletir e compreender o que significa manter esta sociedade.

Se o Serviço Social, na sua gênese, emerge do ambiente conservador, é no início da década de 1960, na ditadura, numa realidade de tortura e perseguição, que se inicia o processo de ruptura com o conservadorismo. Mais precisamente no final da década de 1970, no Congresso da Virada, que o Serviço Social assume o compromisso ético-político na defesa intransigente dos direitos humanos e da classe trabalhadora e passa a construir um outro significado social da profissão.

Muito próximo da efervescência dos movimentos sociais da década de 1980, só conhecemos este Serviço Social que somos porque todo o processo de rompimento com o tradicional e com o conservadorismo nos apresentou como síntese o conjunto CFESS – CRESS, a ABEPSS, ENESSO, o Código de Ética e o Projeto Ético Político Profissional. Foi um movimento que nasceu na política e que passou a se reproduzir no campo teórico e na produção do conhecimento crítico, colocando a academia como protagonista no âmbito teórico e profissional.

É esta relação com o campo crítico, marxista que aproxima a profissão dos setores da sociedade que buscam e lutam por mudanças e que defendem as condições de igualdade e que recusa toda e qualquer forma de exploração e opressão que tem permeado a construção da identidade profissional do Serviço Social brasileiro.

Se na década de 1980 tivemos anos inesquecíveis de mobilização dos movimentos sociais, é neste mesmo contexto que surge o que chamamos de neoconservadorismo, marcado pelo neoliberalismo, da hegemonia norte-americana como guardião do mundo. Um movimento de contrarreforma que provocou mudanças no processo de produção e reprodução do trabalho a partir do capital financeiro, onde a riqueza passa a ser acumulada não pela produção da mais valia, mas a partir dos juros de mercado.

A contrarreforma do Estado altera todo o funcionamento do serviço público, das relações de trabalho e, conseqüentemente, no exercício profissional, seja no campo político, teórico ou na formação profissional. Os/as assistentes sociais alimentam o ideário da profissão como um conjunto de ideias calcadas na realidade, na cultura profissional de esquerda, seja pelo aporte teórico ou pelas intervenções profissionais.

Mas se houve o movimento de reconceituação e a ruptura com o conservadorismo, como discutir o avanço do conservadorismo no Serviço Social?

Netto (2011) define o movimento como uma “intenção de ruptura” e, apesar do enfrentamento hegemônico, o autor afirma que o conservadorismo não foi extinto da profissão. Das análises pesquisadas para explicar o conservadorismo no Serviço Social há quem aponte para uma possível dualidade que colocaria uma distância entre assistentes sociais com uma suposta formação progressista e uma prática profissional conservadora, contudo, para Boschetti (2015), trata-se de uma análise conservadora e pragmática porque remete para uma dualidade dicotômica entre teoria e prática, ou profissionais de vanguarda e base, ainda formação e intervenção profissional.

Para a autora, esta tese não se sustenta porque o conservadorismo esteve e sempre estará presente na reprodução do capital e por isso é o combustível imprescindível de conservação da sociedade capitalista e é neste movimento de luta e resistência que o conservadorismo busca subordinar a profissão a serviço do capitalismo.

Nas palavras da autora, o Projeto Ético Político, em suas dimensões, teórica, política, ética, legal e profissional, se “constituiu como processo dinâmico e vivo, como expressão de luta contra o conservadorismo”. Explica, a partir de Netto (2011) que “esse processo, sempre viveu a dialética da convivência entre o pensamento conservador e a intenção de ruptura” porque “se materializa nas relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador”. (Boschetti, 2015)

Neste sentido, não é possível tratar o avanço ou reatualização do conservadorismo no Serviço Social como algo externo à profissão. Boschetti (2015) afirma que o conservadorismo nunca deixou de constituir o Serviço Social e que no tempo presente vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias, sem as quais não seria possível entender esse avanço do conservadorismo, como a crise do capital que impõe uma política econômica de recessão, de Estado mínimo, que retoma valores morais, políticas e medidas conservadoras a exemplo da apologia ao livre mercado, disputa do fundo público, da mercantilização dos serviços

públicos como a educação, a saúde e a previdência social, medidas que acirram a competitividade, o individualismo e valores liberais conservadores, mas que também explicita a incapacidade do capitalismo se manter sem agudizar a desigualdade, a violência, a pobreza e a barbárie social.

OS TRAÇOS DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL A PARTIR DA CRISE DO CAPITALISMO, DA CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA RECONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Para Mézáros (2009), o capitalismo é marcado por crises cíclicas e, no Brasil, esta crise tem se dado de forma periódica, afetando a economia e a forma estrutural do trabalho com grande impacto na década de 1990, refletindo em aumento dos índices de desemprego, baixos salários, trabalho informal, dando início ao processo de contrarreforma do Estado brasileiro, afetando diretamente a configuração das políticas sociais, espaço privilegiado de atuação dos/as assistentes sociais onde, segundo Yazbek (2014), se encerram processos de resistência e construção de alianças estratégicas na direção de outro projeto societário.

As transformações no mundo do trabalho associadas à hegemonia do capital financeiro e as novas configurações das políticas sociais que se tornam cada vez menos universais, mínimas e focalizadas e desvinculadas do trabalho, desencadeiam mudanças profundas na organização do trabalho e redefinem a intervenção do Estado no âmbito do processo de reprodução das relações sociais que, conseqüentemente, intensificam e precarizam as condições de trabalho e intervenção profissional dos/as assistentes sociais (RAICHELIS, 2013).

Se para Iamamoto (2004) a dimensão política ideológica do Serviço Social pode concretizar o “modo capitalista de pensar”, é neste movimento contraditório da disputa de classes que os/as assistentes sociais podem reproduzir a lógica de dominação ou “apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes”. Deste modo, o mesmo movimento que pode determinar uma prática profissional que reproduz a sociedade de classes, pode

apresentar possibilidades de transformação social.

Contudo, no bojo da crise do capital, Boschetti (2015) também aponta para a mercantilização do ensino superior como um dos traços do conservadorismo, quando o aligeiramento, competitividade e sujeição da formação às demandas do mercado prioriza a massificação do ensino e reconfiguração das profissões em detrimento da formação profissional crítica, com perspectiva de totalidade e compromisso com a transformação social.

Netto (2011) também aponta para outras hipóteses que marcam o conservadorismo no Serviço Social como o *pragmatismo* no âmbito do exercício profissional; o *metodologismo* com ênfase no tecnicismo que supõe que a “boa técnica” substitui a análise crítica e a ação política coletiva na transformação da realidade; o *teoricismo acríptico* que não desvelam o real na sua totalidade com abordagem que supõe a suposta neutralidade que incorpora categorias como *integração, vigilância, vulnerabilidade, empoderamento, justiça social, terceiro setor, dentre outros*; o *aligeiramento da formação* que subordina os conteúdos profissionais à demanda do mercado; o *pragmatismo baseado no imediatismo*; o *voluntarismo* que se alimenta da ação pragmática individualizada; o contentamento com o *possibilismo* ou *conformismo* com as mudanças institucionais como a *focalização, universalismo básico, a privatização e terceirização dos serviços e políticas públicas, o assistencialismo, o individualismo, a competitividade, o quantitativismo, o fortalecimento do capital humano*.

As contribuições de Yasbek (2013, p. 681) perpassam pela afirmação de que “estamos tratando das disputas políticas no espaço das políticas sociais, mediações centrais no exercício da profissão. Disputas políticas na esfera pública e nas lutas sociais em seus impactos sobre as relações sociais. Da construção de hegemonia na condução dos serviços sociais e das necessidades que atendem, bem como dos direitos que asseguram, não apenas como questão técnica, mas como questão essencialmente política, lugar de contradições e resistência”.

A ideologia neoliberal não comporta projetos emancipatórios, orientações éticas pautadas em valores universais na dimensão da totalidade, mas o incentivo ao

individualismo exacerbado e a responsabilização e controle dos sujeitos.

IMPACTOS E REQUISIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL: INTERVENÇÕES DA COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DO PARANÁ – CRESS PR

As intervenções da Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI do CRESS PR abarca ações políticas, técnicas e éticas em defesa da profissão e da materialização do Projeto Ético Político no cotidiano profissional, atuação que, em tempos de retrocesso, de desmonte das políticas públicas e de violação de direitos, tem se apresentado como um desafio para garantir as condições éticas e técnicas do exercício profissional, fortalecimento da autonomia profissional e da garantia da qualidade dos serviços profissionais prestados à população.

Importante sinalizar que a Comissão de Orientação e Fiscalização é uma comissão regimental regulamentada por meio da Resolução CFESS nº 512/2007, que dispõe sobre a Política Nacional de Fiscalização – PNF que normatiza a fiscalização do exercício profissional do/a assistente social nas dimensões política pedagógica e normativa jurídica e tem como finalidade assegurar a defesa do exercício profissional e garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários/as que são atendidos no Serviço Social.

O compromisso da COFI transcende para além dos limites dos arcabouços normativos jurídicos no seio da categoria dos/as assistentes sociais, pode e deve percorrer o tensionamento do compromisso ético político entrelaçado com o técnico operativo, assumindo como princípio fundamental com a sociedade a defesa do Estado democrático de direito. O Código de Ética Profissional dos/as assistentes sociais traz como um dos princípios fundamentais "posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática".

Parafraseando texto da ABEPSS "*O Estado de direitos e a democracia são patamares fundamentais para o combate às forças regressivas e ao ideário conservador que tem cada vez mais ganhado força com manifestações racistas, sexistas e fascistas. As elites econômicas apoiadas por setores da classe média e em sintonia com os interesses do capital*

imperialista têm feito recuar conquistas civilizatórias não só no Brasil, mas em diversos países do mundo". (ABEPSS, 2016)

É nesse panorama de retrocessos, precarização das relações de trabalho e avanço do conservadorismo na sociedade com profundos impactos e rebatimentos contrários ao Projeto Ético Político do Serviço Social, que a intervenção da COFI junto aos/às assistentes sociais se torna fundamental porque aproxima, orienta e esclarece qual o papel precípua do conjunto CFESS-CRESS, não só referente aos instrumentos legais da profissão, mas também com o compromisso e objetivo de fortalecimento da categoria numa dimensão de princípios e compromissos conquistados e assumidos no Serviço Social na garantia das condições éticas e técnicas do exercício profissional, na defesa da profissão, bem como na qualidade dos serviços prestados na efetivação e garantia dos direitos sociais promulgados na constituição cidadã.

Dessa forma, ao longo de suas gestões o CRESS-PR, vem galgando nortes de superação das ações enquanto COFI no tocante a orientação e fiscalização do exercício profissional como função social, que cumpri sua finalidade pública de defesa na qualidade dos serviços prestados à sociedade. A COFI muito mais que uma comissão regimental se consolida como o "coração primordial", que faz pulsar as ações do conjunto CFESS-CRESS, direciona a provocação, inquietude e a construção de novos conhecimentos imprimindo como centralidade, um caráter educativo e preventivo nas atuações junto à categoria e a sociedade em geral, rumo ao fortalecimento do Projeto Ético Político e da classe trabalhadora.

O atual cenário impõe uma nova dinâmica de trabalho que requer da COFI maior capacidade e agilidade no retorno às requisições da categoria profissional com reformulação das estratégias para a construção de parâmetros éticos e técnicos que orientem o exercício profissional com trabalho articulado às Câmaras Temáticas do CRESS PR, Comissões de Seguridade Social, Trabalho e Formação Profissional, Comissão Ampliada de Ética e com as Instituições de Formação e Ensino, no sentido de ampliar o debate e as possibilidades de construção de respostas coletivas e pactuadas com os/as profissionais e entidades representativas da categoria.

A AUTONOMIA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL UM OLHAR DA COFI – COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CRESS PR

Com base no compromisso da COFI - Comissão de Orientação e Fiscalização entende que a formação profissional deveria proporcionar ao/à assistente social um rol de conhecimentos para atuar de forma competente sobre as diversas expressões da “questão social” como: a desigualdade social, as relações assimétricas de poder estabelecidas culturalmente pela discriminação étnica e de gênero e nas mais variadas formas de violência.

Deste modo, seria um/a profissional apto a intervir em diversas expressões da “questão social”, no efetivo ingresso, do/a mesmo/a, no campo sócio ocupacional, já que são realizadas as escolhas dos instrumentais necessários para a intervenção. Estes instrumentais deveriam estar calcados numa análise crítica e total da realidade para responder de fato a demanda apresentada para os/as profissionais. No entanto, é fato que está cada vez mais presente na atuação profissional uma análise fragmentada, esvaziada conjuntamente, com discurso e atuação conservadora, onde os/as indivíduos/famílias atendidos/as por estes profissionais são vistos como “pobres coitados” e não como “sujeitos de direitos”.

Ocorre que mesmo com o avanço do conservadorismo na profissão o/a assistente social é uma profissional chamada/a atuar constantemente nas relações sociais marcadas por recortes imediatos e fragmentados, que tendem a obscurecer aspectos da realidade social concreta, vividas pelos usuários/as dos serviços e programas sociais, públicos e privados.

Neste sentido, o/a assistente social deveria considerar as demandas institucionais e os desafios das expressões da “questão social” que se apresentam nos mais diferenciados cotidianos, a partir das competências adquiridas no processo de formação, bem como nas experiências com a atuação profissional, para redimensionarem o seu objeto de trabalho a partir de uma visão de totalidade.

Conforme a Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) sobre o

processo de trabalho do/a assistente social, afirma:

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (Diretrizes Curriculares do Serviço Social – ABEPSS, 1996, p. 4).

Diante disto, a autonomia profissional se constitui, portanto, em uma necessidade para o cumprimento da função social da profissão. A definição do seu plano de trabalho e da escolha dos instrumentais técnico-operativos (ferramentas) a serem utilizados derivam da leitura e concepção da realidade, e, portanto, do corpo teórico-metodológico empregado, bem como da responsabilidade ético-política atinente ao exercício profissional.

O reconhecimento do caráter interventivo do assistente social supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação em suas particularidades sócio institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção, comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. (Diretrizes Curriculares do Serviço Social – ABEPSS, 1996, p. 12).

Cumprido ressaltar, que as práticas profissionais e os instrumentos utilizados devem responder aos princípios ético-profissionais, bem como a alguns deveres regulamentados. Dentre os princípios profissionais estão à defesa da liberdade, da autonomia e expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo; a ampliação e consolidação da cidadania; o posicionamento em favor da equidade e da justiça social; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a defesa da qualidade com os serviços prestados.

Para além dos instrumentais técnicos-operativos utilizados, o/a assistente social conta com normativas próprias para embasar e direcionar o seu exercício profissional,

corroborando desta forma, com ações que venham garantir atendimentos com qualidade, assegurando direitos e deveres profissionais, inclusive sobre o resguardo do sigilo.

“As questões que despertam e os dilemas que apresentam ao cotidiano do exercício profissional impõem a necessidade de uma postura analítica da realidade, da clareza do objetivo profissional, que não se deixe burocratizar ou tecnicizar, de ações norteadas por princípios éticos no lugar de preconceitos, e de uma competência que não reforce a subalternidade dos usuários do Serviço Social, ao contrário, construa possibilidades de reconhecimento de direitos”. (Sampaio; Rodrigues, p.92, 2014).

Salutar destacarmos que o/a profissional deve pautar suas atividades nos preceitos do Código de Ética, o que assegura uma prática com compromisso ético e com direcionamento político ancorado nos interesses majoritários da classe de trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual cenário requer do/a assistente social o conhecimento atualizado do cenário político, econômico e social e posicionamento político, não há a mínima chance da isenção, da neutralidade. A grande ameaça conservadora é tornar natural o que não é natural, comum o que não é comum, é o desalento, é o não acreditar mais na possibilidade de mudança. É a perda da perspectiva de luta que nos transforma em meramente técnicos.

Ou resistimos teórica e politicamente, ou nosso discurso se transformará numa prática de manutenção e reprodução do conservadorismo.

Não há nenhuma possibilidade de o Serviço Social viver harmonicamente com a realidade porque estar no cotidiano profissional é estar no enfrentamento e na defesa pela transformação da sociedade e pela liberdade.

O antagonismo moral presente exigirá empenho dos que defendem a democracia, a liberdade, a igualdade e a justiça social, para reorientar o discurso e reorganizar as forças políticas.

É preciso posicionamento político para expressar nossa luta pela democracia e justiça social, precisamos de unidade e de alianças políticas de maneira a centralizar as lutas pelos direitos humanos e pelos direitos da classe trabalhadora, contra toda e qualquer forma de exploração e de opressão, seja pelo abuso do poder público, do encarceramento em massa, contra a homofobia, o sexismo e o racismo.

REFERÊNCIAS

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out. /dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

_____. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. Ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CFESS. Resolução nº 512 de 29 de setembro de 2007. Dispões sobre as normas gerais para o exercício da Fiscalização Profissional e atualiza a Política Nacional de Fiscalização.

Diretrizes Curriculares do Serviço Social – ABEPSS, 1996, p. 4 e 12. http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acessado em: 14/10/2017.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2004. v.2.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. 7ª ed. São Paulo. Cortez, 2004.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio/Ed. da Unicamp, 1990.

MÉSZÁROS, Istvan. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. In: _____. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 667-700.

_____. *Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011b.

RAICHELIS, Raquel. *Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas*

na conjuntura de crise mundial. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 116, 2013.

SAMPAIO, Simone Sobral; RODRIGUES, Filipe Wingeter. Ética e sigilo profissional. Serv. Soc., São Paulo, n. 117, p. 92, jan. /mar. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out. /dez. 2014.

<http://www.abepss.org.br/enpess/noticias/nota-da-abepss-sobre-a-conjuntura-atual-7>.

Nota sobre Retrocessos de direitos. XV ENPESS. Acessado em 11/10/2017.